

NOTAS

A Cidade (Des)Ordenada¹

The (dis)ordered city

Amélia Luisa Damiani²

A concepção que moveu este trabalho é a das relações entre espaço e formas de reprodução da formação econômico-social capitalista. Aparecia-me o emaranhado do que poderia compor o social.

Surge, então, uma hipótese, aquela de aguçar o sentido da observação e da pesquisa face ao que aparece como marginal e trivial dentro dos processos sociais, e que a complexidade do mundo atual, especialmente da vida urbana recolocaria.

O capitalismo, enquanto produção estrita de coisas, embora não se resuma a ela, tende a transformar e sujeitar a natureza inteira, os diferentes lugares, e mais e mais elementos e momentos da vida social à lógica da mercadoria, da troca. Todo conjunto, a globalidade social se alteram com essa incorporação.

Esta expansão do capitalismo caminha em direção a tornar relevante para a análise outros momentos da vida social. A sociedade, reproduzindo suas próprias condições, se vivencia, transformando tempos

1 anotações sobre a tese de Doutorado "A cidade des(ordemada) - concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I"

2 Profa.Dra. do Departamento de Geografia - FFLCH-USP

Amélia L. Damiani

e espaços, em princípio, marginais. Desse modo, vê-se potencializada a capacidade de permanência das relações sociais.

Assumindo o cotidiano como tema, que guarda a trivialidade aparente do social, é fácil perder-se a idéia da totalidade social, confundindo-se o cotidiano com o banal.

Contrapondo-se a essa perspectiva, acredito que é preciso localizar historicamente o cotidiano como tema, definir quando ele passa a contribuir para o desvendamento do social.

O cotidiano inclui o homem inteiro em seus diferentes momentos: o da vida privada, o dos lazeres, o do trabalho; e exatamente quando cada um desses momentos se constitui como tal, sustentado por instituições, organizações, poderes, conhecimentos, é que o tema se torna crucial.

Quando cada momento se realiza como tal, e vive se repartindo ainda mais, é que o cotidiano aparece como totalidade. Um nível da prática social.

Totalidade costurada, arquitetada no seio da desintegração desse homem inteiro, homem cada vez mais cindido, dividido. A lógica, o pensamento analítico se realiza socialmente; cada momento da vida social tenta se estabelecer como realidade autônoma. Mais que isso, um momento compensa vazios dos outros momentos. Um vem colmar o outro. Essa totalidade que é o cotidiano, e que se realiza como espaço e tempo, onde os pedaços se integram "pelo alto", reviveria, estenderia, revitalizaria a própria ordem industrial.

Essa separação-integração tende a se projetar francamente no terreno. Um tratamento analítico da vida social preenche o espaço. E é preciso medir até onde desdramatiza a própria vida.

Um certo saber, assegurado por forças políticas, realiza-se socialmente, praticando este fracionamento. Trata-se do urbanismo moderno. Os conjuntos habitacionais aparecem como uma de suas versões

mais vulgarizadas. Neles, especialmente o cotidiano programado parece encontrar sua forma mais adequada. Catalogando e discernindo necessidades e as isolando no terreno. Tudo é concebido separado, projetado sobre "ilhas" desunidas: as áreas de serviços e comércio, as de lazer e de habitação. Eles podem representar o espaço de outra forma de pobreza, de novas alienações, como a pobreza de vida urbana. É possível dizer-se que essa razão realizada é, também, a do mundo que cresce enquanto mundo; onde, especialmente, crescem as cidades; onde o crescimento demográfico ainda assusta, e o malthusianismo se preserva e se torna justificativa.

Em nosso país, os grandes conjuntos habitacionais aparecem, entre outras, como solução habitacional barata, relativamente, e necessária para determinada faixa da população que, de outra forma, concentrar-se-ia em favelas e cortiços.

Aqui chegamos a um ponto fundamental. O cotidiano não é somente ordem imposta, ele é, no plano subjetivo, uma organização de vida assegurada. Quando o banal do dia a dia, como se alimentar, vestir-se, alojar-se, locomover-se, produzir, faz parte da vida de forma segura. Lefebvre define o cotidiano, neste sentido, como algo entre o infra-cotidiano e o supra-cotidiano, enquanto uma sorte de média social.

Aqueles que vivem nas favelas e cortiços, convivendo com a possibilidade iminente da perda da casa, têm na casa própria a ascensão ao cotidiano.

No nosso caso, em particular, o conjunto habitacional pode representar a instalação no cotidiano, num conjunto como Itaquera I, pois há casos adversos.

Num país como o nosso, sujeito ao primado das necessidades básicas, a força reprodutora dessa forma, por isso, amplificar-se-ia?

De qualquer forma, uma coisa é a concepção do espaço do arquiteto, outra pode ser a realmente vivida. Pode haver, e é o que observo, mais de uma interpretação, de um modo de viver um conjunto habita-

Amélia L. Damiani

cional, que equivale a essas formas de interpretação e representação do espaço projetado.

Mas sobra a questão: este espaço, assim projetado, integraria o homem urbano, de um modo particular à nação, ao Estado, o devolveria às atividades produtivas com uma certa configuração, realizando o constrangimento, que adere a essa forma, como significação?

Embora de forma vulgarizada, o espaço dos grandes conjuntos é o eco do movimento moderno em arquitetura. A rigor, a representação do espaço, que norteia a arquitetura moderna, aparece, aqui, como caricatura.

Aqui, na década de 70, a experiência proliferou, contrariando o que acontecia em outros países, e chegou a conjuntos de tamanhos descomunais, verdadeiras "cidades" de mais de 20 000 unidades.

Valermo-nos da particularidade é, especialmente, propício, pois não se trata de um espaço apenas concebido, mas vivido, de forma particular; o morador não é um usuário passivo.

A escolha de Itaquera I, em Itaquera, Zona Leste de São Paulo, não é insignificante, nem aleatória. Trata-se da região que concentra mais de 60% da população de conjuntos habitacionais, produzidos, na capital, pela Cohab-SP, representando mais de 10% da população total dessa zona; sendo o mais consolidado e próximo da mancha urbana. É o conjunto mais apropriado pelos moradores.

O espaço da vida cotidiana, mesmo num país como o nosso, amplia a noção da pobreza urbana, para além dos bolsões de pobreza absoluta, mesmo o considerando como uma utopia de massas enormes de empobrecidos moradores de favelas, cortiços, cantos de rua, indigentes, que aspiram uma vida organizada e uma casa segura. Um exemplo crucial é o da consolidação de um projeto de sociedade, pelo Estado, através do urbano. A redução das necessidades sociais e urbanas às mais elementares, uma leitura funcional dos desejos humanos, produzindo um espaço rigoroso, segmentado, massificado. Tudo isso

faz dos conjuntos-cidades laboratórios do processo de deterioração do urbano, como fenômeno pesado de consequências na reprodução da sociedade brasileira. Não somente como forma de vida urbana, mas delimitando as aspirações sociais. Assim, os termos da pesquisa tiveram como objetivo compreender os conjuntos habitacionais, como realidade e utopia, propostas pelo Estado. Contrariamente, visou também avaliar a apropriação cotidiana desse espaço pelos moradores, a plasticidade do espaço, em princípio, rigoroso.

O Estado do qual se tratava era aquele do caminho em direção ao Brasil Potência, à base da democracia restrita, com a militarização e a tecnocratização das suas estruturas e funções.

O governo Castelo Branco buscava dosar o esvaziamento e a repressão aos movimentos da sociedade com a legitimidade política, depois da abrupta ruptura política. Para o campo oferecia o Estatuto da Terra, e para as cidades uma política habitacional, com a instituição do Plano Nacional da Habitação e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH).

A química para reter essa eficiência relativa da política habitacional da ditadura militar era um volume cada vez maior de recursos, especialmente à base do FGTS e do SBPE.

A política não era perfeita; fazia água logo de início. Dirigida à população de 1 a 3 salários mínimos, sofre-se a inadimplência generalizada. Corrige-se a fórmula, o mercado popular é redefinido, em meados dos anos 70, para as camadas de 3 a 5 s.m.. Localiza-se o grande boom da habitação popular entre 1975 e 1982.

Nesses anos, também, inicia-se uma alteração na feição interna dos conjuntos habitacionais. A realidade de conjuntos sem infra-estrutura básica, depredados e com índices de rejeição elevados, um dos motivos, para a inadimplência, é enfrentada cunhando-se a idéia de projeto integrado. A direção é a de programas e projetos de desenvolvimento comunitário, definindo a vida cotidiana dos conjuntos habitacionais. Técnicas que permitam um nível de integração, interação,

Amélia L. Damiani

comunicação; à base da participação integrada de técnicos e populações envolvidas.

Entre os programas destacam-se:

- a formação de associações de moradores, com a organização de lideranças. Define-se o que é uma associação de moradores, o que reivindica, e a forma mais eficaz de fazê-lo, através de comissões diversas; e

- o apoio ao setor informal da economia ou realização de cursos profissionalizantes.

Se houve um momento de ebulição maior da política habitacional para as camadas populares, quando ela se estrutura inclusive como proposta urbana mais abrangente, este coincide, especialmente, com os governos militares dos generais Geisel (74-79) e João Baptista Figueiredo (79-85). A crise da grandiloquência dessa política é a partir de 1983. Em 1986 é extinto o BNH.

Os investimentos em obras urbanas, racionalizando e centralizando o controle de serviços públicos são componentes da eficiência relativa e dos termos de produção dos grandes conjuntos.

O projeto era parte da resposta à ebulição da sociedade civil. A política habitacional aparece como um dos sustentáculos da ditadura militar. E essa forma urbana particularmente suscetível à identidade estatal.

As cidades apareciam como universos incontrolados, sujeitos a desintegração de toda ordem, especialmente porque cresciam demasiado. Não só e exatamente enquanto espaços politizados a enfrentar, mas espaços pré-políticos, inchados, desordenados, ameaçados pela subversão, pela revolta, como pelo carisma e pela demagogia.

O pavor malthusiano que o crescimento das cidades representa, invade o discurso das autoridades. Era preciso integrar, por meios não políticos essa massa crescente, senão na economia, no país.

O sentido desse período foi o de suavizar o "endurecimento" do período da junta militar e do governo Médici, insistindo na recomposição e renovação da sociedade "a partir de cima", isto é, no congelamento da sociedade civil ou subalternização política persistente de classes operárias, sob a ritualização do Estado.

Os grandes conjuntos habitacionais vêm se contrapor, através de uma homogeneização imposta, sujeita ao discurso da integração urbana, à diferenciação do regime de classes.

A política habitacional brasileira fez parte da estratégia de "democratização por dentro da ditadura".

O Estado mantém-se providencial, mas poroso às modalidades mais modernas, nem por isso menos destrutivas de clientelismo, nos termos de José de Souza Martins. Um clientelismo institucional. E a esse clientelismo institucional soma-se o clientelismo pessoal.

Octavio Ianni dá uma contribuição ímpar ao definir essa retórica como aquela de uma cidadania regulada, segundo as conveniências de um poder estatal forte. A forma como se vê essas camadas é pré-política, como massa anárquica, desigual, caótica, gelatinosa; não só sujeita à demagogia, como propícia a surtos de revolta.

A construção de conjuntos se configurava como um projeto estatal pelo caráter de controle do espaço dos conjuntos, seu maior potencial de manipulação política, de tutela (mesmo antes de 64).

Desse ponto de vista pode-se procurar a genealogia dos conjuntos nas vilas operárias, produzidas e conduzidas por investimentos fabris, onde era possível o controle da vida do trabalhador fora da fábrica.

É preciso determinar a importância do Estado na configuração da população de assistidos.

A massa trabalhadora no país caminhava, com o desenvolvimento industrial, para uma diferenciação e identificação marcantes, à qual não bastava uma política populista e, ao mesmo tempo, reproduzia-se como

Amélia L. Damiani

uma massa trabalhadora potencial, que sobrevivia apesar do empobrecimento crescente, da qual era preciso assenhorear-se. Os termos de desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade transformavam as cidades em redutos dessa identidade proletária, bem como, e, ao mesmo tempo dessa massa superficial, indistinta, pobre e sujeitável. Ambas implicavam em rédeas do ponto de vista de um Estado forte.

A distensão política exigia o urbano ordenado, imposto, organizado, que os investimentos em infra-estrutura urbana, acentuados no período anterior tornava possível. Revigora a idéia de produção de grandes conjuntos habitacionais.

Não somente produzir verdadeiras cidades, por suas dimensões, como observar-lhes as formas de reprodução, como os programas de desenvolvimento comunitário sugerem; parte da população urbana estaria sendo capturada por um dado modo de vida.

A casa própria, feita artesanalmente, pela própria família, em lotes a maioria irregulares, essa periferia que saía do controle, iria ser contraposta a uma periferia, incorporada à cidade legalizada, alvo do poder centralizado. Em princípio, uma vida segura, com água, esgoto, asfalto, equipamentos sociais à disposição, em troca dessa ordem imposta. Produzir a cidade das necessidades elementares, dentro da cidade, o que se convencionou como projeto integrado.

O primeiro grande projeto é Itaquera I, fusão dos sonhos dos poucos arquitetos da equipe de uma Cohab pequena e quase falida, da ética de conservadores paulistas, à época dirigentes, e da racionalidade centralizada e centralizadora, que os programas, investimentos, fundos, formas de controle do BNH sugeriam. Insistimos portanto que esta produção tem data: a da tentativa de manutenção dos interesses envolvidos no governo ditatorial, através de espaços que tendem a ser o reverso do espaço autogestionário.

As terras adquiridas ficam nos limites da cidade, reforçam a possibilidade de seu tratamento como terra arrasada, desértica, sem referência. O passado, a história são mais facilmente descartados, nessas

grandes glebas e a racionalidade do projeto habitacional mais facilmente imposta. Reforça-se a possibilidade da realização da forma pura das cidades verticalizadas, premidas por inúmeros prédios, mais de 400, em Itaquera I. São definidos como depósitos de gente, cidade dormitório, sempre um sentido reafirmado, dadas as perdas possíveis dos usos urbanos projetados, com os adensamentos. Daí imaginou-se que o conjunto como cidade dormitório vai se constituindo. Reafirma-se continuamente nessa condição.

No projeto a quadra tradicional, o pequeno lote, que aparecia nos conjuntos mais antigos, foram desprezados; a inspiração foi o conceito de superquadra de Lúcio Costa, com Brasília. As ruas tradicionais dão lugar a caminhos de pedestres que dividem as quadras. E na quadra, em princípio não só tem a habitação, às vezes, tem o posto policial, tem o centro comunitário, o supermercado, o posto de saúde, etc. Para os moradores: "apenas recebemos um esqueleto semi-acabado".

O que se conclui até aqui é que a produção desse espaço - o dos conjuntos habitacionais - convive com um sentido íntimo de racionalidade, é a vulgarização de um conhecimento, o limite da racionalidade capitalista, coincidindo com uma concepção geométrica, abstrata, "moderna".

A lógica da quantidade, do déficit habitacional como pretexto ao aproveitamento máximo do terreno. Para o arquiteto, uma representação que inclui a diluição da monotonia das unidades; para o engenheiro o direito apenas à casa saneada. Pode-se falar de uma ética e de uma estética na violência da pobreza reproduzida, no interior dessa racionalidade quantificada. Há a lógica do aproveitamento máximo para a habitação, em detrimento dos usos urbanos, que pode ser percebida já de Itaquera I-A a I-B, de 40% a 60% de aproveitamento como áreas habitacionais.

O conjunto é feminino. É comum as mulheres falarem em doenças dos nervos. Na Europa, mais propriamente, na França, essa enfermidade psicológica associada à alienação urbana, chamava-se sarcellitis; alusão ao conjunto Sarcelles.

Amélia L. Damiani

Essa forma urbana então libera tutelas instituídas e proteções tirânicas. Como, por exemplo, a interferência de políticos e seus pedidos, os termos de permissões de uso dos espaços que passam pela Cohab e a avaliação das assistentes sociais, até mesmo suas formas de uso, etc.. É um nível infra-político. Há um controle moral e político dos lugares de encontro.

A forma urbana dos conjuntos habitacionais seria a mistificação dessa forma urbana, que antevê a sociedade urbana. Ao contrário, é o urbano reduzido à lógica da sociedade industrial. Homens administrados em seus tempos e necessidades.

Às diferenças de classe sobrepõem-se estratificações e preconceitos, baseados no local de moradia: relativos ao pobre urbano.

As pessoas massificadas fazem não importa o que para não se assemelharem.

Se o trabalho abstrato cria a possibilidade de relações mais distantes, não clientelísticas, superiores socialmente, a forma urbana dos conjuntos habitacionais favorece o reaparecimento do seviciamento, do atrelamento à autoridade, do coletivo perdido em individualismos.

A forma urbana dos conjuntos habitacionais a partir da prática urbana é violentada em sua pureza e tentativa de autonomizar-se. Recupera-se atividades, ações, tempos, culturas, memórias, que subvertem como possibilidade a forma fixada. Exatamente o esvaziamento da vida urbana cria um vácuo, que pode ser preenchido por conteúdos adversos, subversivos, contrastantes. Quando a forma urbana dos conjuntos habitacionais está plenamente constituída, ela tem um cotidiano assegurado, e este pode ser baliza do homem empobrecido.

E a atividade do arquiteto, do urbanista, que projeta esses conjuntos, com essa forma reduzida?

Na verdade, além de lutarem com limites graves de financiamentos, imposições de toda ordem, eles fazem parte de uma geração que

sonhou com essa arquitetura sem referências, pois ela também aparecia como sem preconceitos, preceitos, livre de ostentação, da hierarquia. A forma que adere à função era a forma não monumental. Chegar ao homem comum e suas necessidades. O desenho valorizado pela técnica rompe com o passado. Impregna o cotidiano. Aparecia como verdadeiramente internacional e humana. No Brasil, com o tempo, tornaram suas atividades simulacros de suas propostas originais, o que denuncia o aprofundamento da decomposição estrutural do país: "didatização forçada dos procedimentos, excessiva racionalização construtiva, o economismo de espaços ultradensos".

Cabe uma crítica à forma urbana dos conjuntos habitacionais, que revela até onde podem ir os resquícios dessa esperança na "máquina de morar". São formas lógicas, abstratas, não têm a cidade real como imagem e alento.

Essas soluções lógicas no plano urbanístico, na realidade são versões políticas importantes e impositivas de um modo de vida. Uma concepção segregada e segmentada, estratificada de política urbana é uma concepção possível a partir de bases modernas. Essa segmentação já existia como possibilidade, contudo a arquitetura moderna, no mínimo não a perturbou, no limite a alimenta.

A cidade das necessidades elementares estava posta como virtual conhecimento a disposição. A identidade comprometida no espaço da multidão. Mas o que parece igual ou similar diferencia-se com a configuração própria que lhe conferem seus moradores. É sua obra, sua história, que a materialidade das ruas, dos prédios revela. Plástico é o espaço que se pretende rigoroso. O arquiteto, as autoridades são personagens, mas não os únicos da vida dos conjuntos habitacionais.

A história, a ação dos moradores da Cohab I têm na forma urbana uma determinação a considerar.

Na descrição do lugar fica patente o eco da identidade estatal, nos centros comunitários que repetem os propósitos do desenvolvimento

Amélia L. Damiani

comunitário. Na arte na rua, nos grafites, os motivos fogem à imagem do conjunto.

O nível da prática urbana não é só reflexo da forma urbana dos conjuntos habitacionais, mas também não é o reino da liberdade. É o nível dos conteúdos, por vezes adversos. "É o nível dos efeitos de uma maneira de viver, mais ou menos marcada por um grupo; a obra social, coletiva e individual, descobre-se como obra. Neste nível se manifesta um sentido, uma racionalidade concreta mais elevada e mais complexa que a racionalidade abstrata (a do plano)". É quando se criam identidades, quando, ao menos, são procuradas, ou ainda, quando se sente dramaticamente sua ausência. Há uma certa rebeldia na prática urbana, porque trata do espaço vivido. É o nível de quem vive, não de quem projeta, concebe.

E há mais que nunca o embate entre a identidade do morador, que se consolida, e a identidade abstrata da autoridade, que tenta se firmar, com a produção e re-produção de um espaço "planejado", aquele imediatamente afeto a instâncias mais amplas e distantes.

Enquanto esse embate é pressentido, ressentido, consciente, e politicamente enfrentado, ou, ao contrário, e ao mesmo tempo, sequer imaginado, os moradores da Cohab I configuraram e configuram o espaço onde vivem, afirmando ou contrariando o projeto original. Passaram de um momento, quando viviam de imediato a falta e a necessidade, isto é, o nível do infra-cotidiano, a uma vida cotidiana estabelecida, ou o nível do cotidiano.

Utilizei a fala concertada e distinguida dos moradores para recuperar essa obra.

Vinga o espaço planejado, sempre reproduzido como tal, ou um espaço autogestionário?

A resposta evidente é que esse espaço é conjunturalmente dos moradores. A conquista é conjuntural. A estrutura é a de um espaço programado. Mas é possível que a conjuntura rebente a estrutura, so-

bredeterminando-a. Ao reforçar a imagem do conjunto habitacional e ao remetê-la a de um espaço planejado, a realidade do homem comum se vê agregada a um nível de realidade mais elevado - o do Estado - de uma maneira imediata, na sua vida cotidiana.

Implacáveis, os blocos se afirmam na paisagem. Mas essa identidade seria só perversa, vivida como discriminação, o lugar das pombas, o símbolo do pobre e da pobreza? Ou haveria a possibilidade de uma apropriação afetiva, potencializando a sociabilidade possível?

Apesar da desarticulação atual, as entidades sempre acabam por se reunir em contestações que aqui e ali se fazem necessárias. Têm a flexibilidade suficiente para romperem a centralidade estatal. Sobram elementos que são próprios da vida mesma no lugar, das conjunturas e que afrontam a linearidade da dominação, dos constrangimentos.

Essas conclusões são demarcadas pela história de Itaquera I, não são referentes a qualquer conjunto, ou qualquer tempo.

Seja como for, essa fala, mesmo revelando restrições e liberdades, também, indica que a arquitetura moderna, como tal, não se realizou plenamente. Não quanto ao significado analítico, quanto à funcionalidade dos espaços. As condições objetivas de vida no Brasil não criam as possibilidades objetivas de superação da arquitetura moderna ou de sua crítica. Insinuam-se somente algumas questões a respeito. A questão da sobrevivência a assegurar determina o nível de apreensão dos limites que essa arquitetura pode implicar.

E aqui desembocamos num núcleo central da discussão. E o repito: nós não vivemos a crítica da vida cotidiana. Ela, exatamente ela poderia dirigir mais claramente essa crítica da arquitetura moderna. Estão apenas insinuadas. Em Tiradentes sequer se vive o cotidiano; em Itaquera I, vive-se a instalação no cotidiano.

Mas é possível viver-se esse espaço "esquisito" à base das experiências e imagens acumuladas. Vê-lo sob lentes próprias, não de sua racionalidade intrínseca, mas do desenho da casa que sempre habita-

Amélia L. Damiani

ram. Misturam-se o espaço concebido que exige "adaptação", uma "nova cultura" e a vivência de um habitar, que difere dele, e ao mesmo tempo, impõe-lhe esse conteúdo precedente. Também dessa maneira o habitante configura seu espaço e não é só configurado por ele: transpondo, revivificando experiências passadas. O vazio de referências é preenchido não só pelas normas impostas, como também pela cultura e imaginação do morador; consolidando mais de uma forma de apropriação desse espaço.

A cada capítulo é como se retomasse o que foi dito e o restituísse num outro sentido. Um compõe-se com o outro, mas, ao mesmo tempo, retoma-se o tema de uma nova perspectiva.

Do pensamento estratégico, global ao mais cotidiano, à casa de cada um. Da ordem distante à ordem próxima, que redefine tudo. Chega-se a um nível que ao mesmo tempo acrescenta algo de diferente aos demais, cria um novo ponto de vista, por outro lado, não prescinde dos outros. O imediato assim revela o conjunto habitacional como obra de seus moradores.

O tempo todo destaca-se o embate entre o espaço planejado e o espaço autogestionário.

O movimento dos capítulos, e do tema no interior dos capítulos, visava destacar as várias camadas incidentes na vida e no cotidiano das pessoas, como se destrinchássemos algo, distinguíssemos um processo de sedimentação. Embora uma camada parece-se superar a outra: como a prática urbana superando a forma urbana; na verdade, continua incidindo como se fosse possível a realização plena da forma. Potencialmente há domínio, dominação. Esses seriam níveis de dominação.

Apresentam-se três camadas de entendimento. A primeira, a do ponto de vista das estratégias do Estado, as estratégias políticas, executadas pelos homens da Ditadura Militar e do período imediatamente posterior, visando a integração da massa proletária, pelo acesso à propriedade.

A segunda camada refere-se à perspectiva arquitetônica e urbanística, que corrobora com tais estratégias. Percebe-se que a forma urbana, no Brasil, quando se refere aos conjuntos, tende a se deteriorar com o tempo, e tende sempre a selecionar conteúdos de vida.

A terceira camada refere-se às maneiras como os habitantes habitam efetivamente e afetivamente o espaço produzido. Uma certa apropriação concreta e prática. Desenham-se e desdenham-se as coações.

O caminho também é em direção à liberdade, "não só passar um certificado de legitimação às instituições". "E no entanto o conjunto pesa;" Esse caminho também é o caminho de levar o caráter reprodutor ao limite de sua resistência, ao aleatório das relações.

O espaço é, ao mesmo tempo, estratégia, regulação intentada, forma, comportando representações elaboradas, e conteúdos diversos, tempos vividos. O lugar de habitar não é neutro do ponto de vista do processo reprodutivo da sociedade. Mesmo sem levar às últimas consequências a funcionalidade desse espaço moderno, ela garante um aspecto reprodutor. Até nas placas dos centros comunitários, à vista, é possível avaliar-se o eco das políticas oficiais. O resíduo é a sociedade diversificada e com identidade, que se afirmava como oposição à democracia restrita.

